

ATA DA 215ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 20/10/2016

PRESIDENTE

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COORDENADORA DA COMISSÃO EXECUTIVA

MARIA ADENILDA MASTELARO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ADÃO DO CARMO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARIA MACEDO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA E SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
FRANCISCA ANDRADE QUINTEROS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
JOÃO CORTEZ NETO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
ANA ARLENE CARVALHO GOUVEIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

MARIA REGINA DA COSTA E SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA CONCEIÇÃO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FRANCESCA EDNELDA ANDRADE GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOÃO CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

AIRSON DA COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

REGINA CÉLIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PEDRO CARLOS STELIAN (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

MARLY APARECIDA LOPES ALONZO MAZZUCATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

Representantes do Poder Público:

TIAGO MORAES COELHO DALE CAIUBY (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

JAIR ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

CECÍLIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

DENIS VIEIRA PINTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIA CÍCERA DE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
DIONÍSIO REIS SIQUEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

III – Ausentes:

PAULO ROBERTO BELINELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
VERA LUCIA DIAS PADILHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIZI DA SILVA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ELIZABETE FERREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CÁSSIA SCHIFFER ROGERO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
GRAÇA MARIA DE CARVALHO CÂMARA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
VIVIANE DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
IVAN GUILHERME LADAGA VICENTE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
LUCIANA AMARAL TIRADENTES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIA JOSÉ ROLLO RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
ANDREZA TONASSO GALLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCO TADEU MOREIRA DE MORAES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO - SECRETÁRIO GERAL DO CMS/SP

DIGITAÇÃO:

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – AGPP
EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS – AGPP

REVISÃO GERAL:

Julio, Secretário Geral do CMSSP: Lê a pauta da reunião.

- A- Aprovação das Atas da 212ª e 214ª Reunião Plenária Ordinária e 213ª Reunião Plenária Extraordinária;
- B- Informes da Mesa;
- C- Informes dos Conselheiros;
- D- Informes das Comissões
- E- Ordem do Dia:

1 – Apresentação dos Relatórios da Ouvidoria Central da Saúde.

F – Deliberações

1 – Aprovar a realização de Oficina em conjunto com o CFO para que as regiões saibam como utilizar os recursos disponíveis para o Controle Social;

2- Aprovar pela continuidade do Curso de Facilitadores em Educação Permanente para o Controle Social ministrado para os conselheiros municipais;

3 – Aprovar a realização de Oficina Educacional para os representantes do CMSSP indicados para compor os diversos Comitês de Ética em Pesquisas;

4- Aprovar a realização de Seminário da Saúde da Mulher com o tema: Violência contra a Mulher, previsto para 03/11/2016;

5 – Aprovar Minuta de Resolução ref. Portaria que cria a Política Municipal de Saúde da População Negra;

6- Indicação de 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) suplentes para compor o Conselho Gestor do Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM;

7- Indicação de 1 (um) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Instituto do Câncer Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho;

8- Indicação de 1 (um) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital do Coração - HCor;

9- Indicação de 01 (um) usuário titular e de 01 (um) usuário suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Complexo Educacional FMU e FIAM/FAAM;

10- Indicação de 01 (um) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Centro Universitário Adventista de São Paulo;

11- Minuta de Resolução ref. descumprimento da solicitação de recondução de mandato e retratação em Diário Oficial da Cidade da conselheira da STS Vila Mariana, Sra. Márcia Groeninga

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Solicita a inclusão de dois itens de pauta referentes a deliberações, a pedido da Comissão de Educação Permanente.

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Solicita inclusão de item em deliberações, a aprovação pela continuidade do Programa Jovem SUS, apontando à Câmara Municipal a necessidade de aprovação de Projeto de Lei como política permanente.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita a aprovação de resolução que tem como tema a Ouvidoria. Gostaria que após o debate a resolução seja lida e aprovada.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Tem duas preocupações: quer fazer acréscimos à resolução no momento da discussão, mas não tem a cópia. Pede ao Costa que providencie. Solicita ainda que os informes sejam deslocados para o final da pauta.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa que a aprovação das Atas será o primeiro ponto de pauta, em seguida a Ordem do Dia, depois Deliberações, e por fim os informes.

A- Aprovação das Atas da 212ª e 214ª Reunião Plenária Ordinária e 213ª Reunião Plenária Extraordinária;

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa que fez pequenas correções, mas que todas as Atas estão em condições de aprovação. Agradece à Secretaria Geral do Conselho que cumpriu com a palavra de entregar as Atas pendentes nesse pleno. Coloca em regime de votação a aprovação das Atas.

Aprovadas por aclamação.

B- Ordem do Dia

1 - Apresentação dos Relatórios da Ouvidoria Central da Saúde

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que distribuirá cartilha confeccionada pelo SINDSEP ref. PEC 241.

Márcia Chaves, Coordenadora da Ouvidoria Central da Saúde: Apresentação é um resumo do que a área fez nos últimos tempos. Ouvidoria foi instituída em junho/05. Márcia passou a ser ouvidora desde agosto/14. Basicamente dois conceitos: Espaço de participação (canal de comunicação entre cidadão, gestor e controle social) e Ferramenta de

avaliação para aprimoramento da gestão. Implantação do Sistema Ouvidor SUS: sistema informatizado começou a ser implantado em dezembro/13, em apenas uma unidade, a SMS. Terminou a implantação em abril/15, quando foram cadastrados os dez últimos hospitais, três supervisões e duas unidades dos SAUs. Todos os SAUs foram incorporados dentro do sistema. A Rede funciona da seguinte maneira: recebem ouvidorias de vários entes, vem pra Ouvidoria Central da Saúde que distribui para a autarquia, COVISA, HSPM, CRS, e essas repassam para suas áreas, supervisões... Hoje o município não tem o porquê vir até a SMS para fazer um atendimento presencial. O município pode procurar qualquer hospital, supervisão, pronto-socorro, autarquia ele consegue fazer esse registro presencial. Fala que a sub-rede da SMS é o jurídico, auditoria. Papel da Ouvidoria Central da Saúde: Articular a Rede como um todo, inclusive as Organizações Sociais e 156; auditar a qualidade da inserção e resposta das manifestações; atender os usuários do SUS registrando as suas manifestações e devolvendo a resposta oficial; elaborar e enviar relatórios para os responsáveis pela administração e controle dos serviços de saúde; promover mecanismos legais adequados para a consolidação do serviço de Ouvidoria. Informa que haverá decreto de reestruturação da SMS, haverá o Secretário, a Coordenação de Planejamento e Informação –CPIS e a ouvidoria será uma divisão dentro do CPIS. Diz que não participou da discussão do decreto. Em cima disso a gente construiu nosso desenho de ouvidoria com este conceito dentro da CPIS. É o que nós temos hoje com a figura do ouvidor. Temos o Núcleo Administrativo, Núcleo de Relacionamento com o Cidadão, Núcleo de Tratamento das Demandas, Núcleo de Informação e Análise, Núcleo de Capacitação e Articulação com a Rede, Núcleo de Apoio Estratégico ao Gestor e Núcleo de Gestão Interna. Criamos Manual de Boas Práticas, Procedimentos de Ouvidoria Padronizados, Formulários e Instruções de Trabalho. Preocupação é a de que o jeito que a pessoa é recebida aqui seja o mesmo se a pessoa for a uma supervisão, hospital da direta, da indireta. Todos têm que seguir as mesmas normas estabelecidas. Pegamos uma amostra, mais ou menos trinta mil municípios e vamos ligar para avaliar a qualidade do atendimento que foi feito. Vamos perguntar se foi entrado em contato com o município e como ele avalia a qualidade do atendimento em si. Será feito pela equipe do 156. Tomaram o cuidado de colocar todos indicadores em Portarias. Aumentar número de demandas não significa que o serviço piorou. Apresentou a quantidade de demandas desde 2003 até 2015. Em 2003 foi um único atendimento, em 2014, 11 mil, e em 2015, mais de 55 mil atendimentos. Até julho de 2016 já são mais de 39 mil. Márcia disse ainda do tempo para resolutividade dos atendimentos que são estabelecidos em lei. Denúncia, 90 dias, reclamação, 30 dias, solicitação, informação, elogio e sugestão, 15 dias. Disse que houve queda de 30% de reclamações na Ouvidoria SUS, desde a implantação do Programa Jovem SUS. Dos contratos de gestão foi o trabalho mais sofrido, mas que mais se orgulha. Um dos indicadores de qualidade que as OS tem que dar conta é a questão da Ouvidoria. Antes as informações eram vagas e não contemplavam. Semanalmente são encaminhados bancos de dados às OS relativos àquela OS. Essa OS fará o planejamento das ações baseado nos dados que ela tem em mãos e devolverá à Ouvidoria com as ações que ela vai tomar, como ela lidará com o problema. Painel de Gestão de Atenção Básica: Conceito: Ferramenta de gestão que permite o acompanhamento contínuo e oportuno sobre as prioridades da política de saúde municipal operado por meio de um pequeno número de indicadores disponíveis que informam sobre os problemas e as ações para enfrentá-los em cada nível do sistema onde o gestor tem governabilidade para fazer mudar as situações captadas. Dados da Ouvidoria que foram incorporados ao painel são: a) quantidade de reclamações recebidas pela Ouvidoria da Saúde no município e nas macrorregiões; b) Quantidade de solicitações relativas a serviços e suprimentos recebidas pela Ouvidoria da Saúde no município e nas macrorregiões. É feito relatório mensal para o secretário, por queixas: consultas, produtos para saúde, insatisfação, diagnósticos, fármaco, entre outros. Estabeleceram algumas parcerias que consideram muito interessantes. Uma delas é a Ouvidoria como Canal de Combate à Discriminação e Preconceito. Outros: drogadição, pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, geracional, violência de gênero, identidade de gênero, xenofobia, condição social, população em situação de rua, intolerância religiosa, gordofobia

e racismo. Parceiros da Ouvidoria: Interdepartamentais: Conselho Municipal de Saúde, Núcleo Técnico de Contratação de Serviços e Saúde, Escola Municipal de Saúde e Auditoria. Interinstitucionais: Departamento de Ouvidoria Geral do SUS, Ouvidorias da Secretaria de Saúde do Estado de SP, Câmara de Vereadores de São Paulo e outras, Secretaria de Gestão – CACISP e Ouvidoria Geral do Município. Fizeram curso em EAD. Será o primeiro curso feito pela Escola Municipal de Saúde que será em nível nacional. Poderão capacitar e monitorar as ouvidorias do país todo. Fizeram Portarias: 757/15, 1875/16 e 1878/16. Portaria 1878/16 nomeia todos os ouvidores de São Paulo. Importante que todos saibam quem são os ouvidores do território. Apresentará modelo de relatório que será proposto ao Conselho. I – Definições; II - Análise das manifestações registradas no Ouvidor SUS; III - D.A.P.S. Subsidiarão o Conselho com as informações dos Programas: Pediatria, Cirurgia Vascular, Saúde da Mulher, Saúde Bucal, Cirurgia de Catarata, Aparelho Auditivo, Saúde Mental, Atendimento Domiciliar, Cadeira de Rodas, Medicina Tradicional. Ter ferramentas para discutir. Costa, Adenilda e Suely conhecem o modelo os outros conselheiros não. Quer saber se esse será ou não o modelo. Finaliza a apresentação.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Solicita que na próxima apresentação a apresentação seja encaminhada com antecedência para que possam fazer uma análise. Agradece a Márcia pela apresentação e cita que as modificações feitas com o Jorge Kayano no congresso foram incorporadas. Márcia deixará a apresentação com o Júlio para que encaminhe aos conselheiros.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que o trabalho da Ouvidoria é muito importante para o controle social. Pergunta qual o resultado de satisfação do munícipe quando da devolução de resposta à denúncia do cidadão. Analisará também a questão das cadeiras de roda.

Maria Helena, Ex-Conselheira: Agradece ao Conselho Municipal. Fará a avaliação em cima de um caso. Judicialização do atendimento. Enviou ao CMS uma solicitação de sua vizinha. Demanda chegou ao Conselho e foi encaminhada à Ouvidoria, só que não era para a Ouvidoria que gostaria que fosse. Quer saber onde que estava na regulação. Pergunta se existe ingerência entre as áreas. Quem foi incluído, só os privilegiados? O humanismo no SUS tem nome, indicador, gráfico, planejamento, produtividade, resolutividade, e nós usuários como vamos dar respostas para os excluídos? No mandato anterior eu tinha segurança de resolver tudo nos bastidores, mas agora nós temos um desafio diferenciado. E agora é hora de nós nos unirmos pra ir pra fora. Não dá pra permanecer dentro. E foi por isso, pra justificar porque eu levei isso para a Câmara. Nossa missão principal é o humanismo no SUS.

Manoel, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Parabeniza. Pergunta se a Ouvidoria é satisfatória ou se necessita de aperfeiçoamento. Quanto a questão da humanização, diz que o discurso é diferente da prática.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Parabeniza a Márcia. Diz que trabalho começou desde a época do Gonzalo Vecina e que há resistência enorme para que isso seja implementado. Portaria com os nomes dos ouvidores regionais é muito importante. Conselheiros poderão cobrá-los. Fala que antigamente as direções não aceitavam as apurações dos fatos. Relatório trazido hoje é de grande importância para o Conselho e esse Conselho tem que se empoderar da Ouvidoria, pois é seu braço para o Controle Social.

Ana Rosa, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Pergunta se existe uma hierarquia entre as ouvidorias. Pergunta ainda qual nome é dado às ouvidorias nas OSs.

Márcia Chaves, Coordenadora da Ouvidoria Central da Saúde: Quanto a questão da satisfação foi uma das principais preocupações. Não faz registro se não tiver número de cartão SUS, data de nascimento, nome completo. Unidade tem necessariamente que entrar em contato com o munícipe. Tem que fazer o acolhimento. Toda demanda termina convidando o munícipe para participar das reuniões do Conselho Gestor, porque acreditam que o problema não seja individual. Diz que as pessoas têm noção equivocada do que é uma ouvidoria. Não é espaço para resolver meus problemas. Ouvidoria não é resolvidoria, não é fura-fila, não é balcão de agendamento. Tem sido feito trabalho exaustivo. Dá como exemplo a necessidade de uma ressonância, se o munícipe foi mesmo inserido pela região. Às vezes o munícipe pensa que está inserido numa coisa que a região nem pediu para ele. Será que foi inserido corretamente? Paciente que não é encaminhado corretamente se perde no fluxo e acaba ficando sem resolutividade. Quer que as pessoas se manifestem e que a gestão se posicione sobre essa questão coletiva. Acha que o processo humanizou, sim, e que a qualidade da ouvidoria está muito boa de todas as pessoas que estão aqui. Demanda para regulação. O gargalo existe. Relação é muito tranquila. Paciente está em caso de urgência, paciente agravou, a ouvidoria entra em contato com a regulação e eles nos atendem porque eles sabem que eu não faço isso, que isso não é uma brincadeira. Fala que consultará o caso da Dona Maria Helena. É por isso que haverá processo de pesquisa. Quanto às OSS, ha uma hierarquia. Seu poder é muito truncado, o ouvidor da OSS não é seu funcionário.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz que é conselheira de uma Unidade de Saúde administrada pela OSS, é de uma supervisão, acompanha um hospital e o Conselho Municipal. Acredita na ouvidoria. Em sua Unidade, que é administrada por uma OSS, a gerente presta contas. Pediu isso na Supervisão da Penha e a ouvidora disse que não pode. A Ouvidoria tem que ser ascendente. Conselho Municipal tem que cobrar das ouvidorias regionais. Ouvidorias têm que balizar os conselhos.

Dráuzio, Ouvidor da CRS Oeste: Pede ao Conselho para ajudar da disseminação do real trabalho da Ouvidoria.

Bete, Conselheira da UBS Ferroviários: Pergunta como funciona a Ouvidoria da Autarquia, principalmente porque não há o uso de crachá. Conselho não recebe devolutiva. Quer saber também quem procurar quando há falta de equipamentos nas Unidades, nos CAPS, pois também não recebem devolutiva.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que a teoria é diferente da prática e que o acolhimento de ouvidorias nas UBS e STS não existe. Pessoa da ouvidoria nunca está para receber a demanda. De que forma trabalhar juntos nessa questão?

Anselmo, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Elogia o trabalho, porém diz que há um gargalo muito grande. Desde a 14ª Conferência Nacional de Saúde vem lutando para que os prontuários sejam digitalizados e que o número do prontuário de cada paciente seja o do número do cartão do SUS. Isso resolveria muito o problema das Unidades, pois acabaria com o grande volume de papel, traças e doenças.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Primeiro eu não queria fazer exatamente uma pergunta, mas queria fazer algumas reflexões. Para gente sempre foi muito importante o papel da Ouvidoria, sempre foi. A gente entende que a Ouvidoria é um instrumento de gestão, principalmente para nós que somos Conselheiros. Estou falando isso, porque nós tivemos um período na Secretaria, em que a gente não tinha acesso à Ouvidoria. Todos nós que já fomos Conselheiros em outras épocas, a gente não tinha sequer o relatório, era ponto de pauta de toda reunião, a gente cobrar quais eram as demandas que a gente tinha na Ouvidoria, para a gente inclusive, fazer o nosso papel e o nosso trabalho da melhor maneira possível, a gente não tinha isso.

Eu estou falando isso, porque quando eu vim para a gestão, uma das coisas que a gente priorizou, né Marcia, a Márcia chegou depois, para o papel da Ouvidora, mas uma das coisas que a gente priorizou foi, fazer com que, primeiro as Ouvidorias se falassem, que as Ouvidorias falassem com pessoas de uma maneira geral, isso é um processo lento, demorado, eu aprendi muito, porque eu participei de muitas reuniões, para entender inclusive, o papel da Ouvidoria, porque muitas vezes a gente pensa que sabe, mas sabe uma parte, a gente tem que se apropriar disso, para a gente fazer o nosso papel da melhor maneira possível. Por que eu estou falando isso? Às vezes até imperceptível, mas que melhorou muito, eu não tenho dúvida, eu acredito, acreditamos nisso, que a gente sempre defendeu que a Ouvidoria seja um instrumento. Agora, nesse momento, está sendo feito várias coisas, inserindo a Ouvidoria para que seja, mais um instrumento na Lei, para que a gente possa utilizar da melhor maneira possível. Nós sabemos que tem dificuldade e aí não é uma pergunta, sabemos que tem dificuldade, inclusive para ter informações das Organizações Sociais, mas seria importante Márcia que você pudesse falar, é uma coisa que nós conversamos sempre, bastante sobre isso, mas é um processo que nós vamos ter que fazer coletivamente, inclusive nós do Conselho Municipal e nós do Controle Social, independente do segmento que a gente está, que é se apropriar desse instrumento, para poder fazer com que ele funcione sim, da melhor maneira possível, não sou advogada de ninguém, não sou advogada do diabo, mas enfim, nós sabemos que tanto a Ouvidoria, como a Assessoria de Gestão Participativa, tem vários papéis no serviço. Essa dificuldade que as pessoas falam, eu não acho, essa dificuldade toda, eu queria que você explicasse um pouco, porque a gente sabe que tem muitos Ouvidores, que além do papel de Ouvidor, ele faz outras coisas. Obrigada.

Márcia Chaves, Coordenadora da Ouvidoria Central da Saúde: (inaudível...) Tribunal de Contas falou que você não vai comprar, você não vai comprar, você pode fazer uma compra de emergência, mas esse processo grande está parado. Eu passo as informações, mas o que eu estou querendo dizer é, o que vocês consideram Acolhimento, chama lá para esclarecer que não tem seringa, ou só se ele entregar a seringa na sua mão, que é Acolhimento? Se você só considera Acolhimento quando ele entrega a seringa na sua mão, não é. Agora, isso dele chamar, que muitas vezes acontece, porque você acha, eu fico aqui porque eu sou uma chata, eu fico aqui ligando para o município, eu faço amostragem. Eu ligo, vocês podem perguntar nas regiões, quantas vezes eu já tive discussões com eles por causa disso, tanto que contratei 156 para ligar para o município e aí, nós vamos ter dados, porque aí nos vamos falar em cima de dados. Será que é 10% que não recebeu a ligação, será que é 80, será que é 90, alguma de nós está enganada. Eu tenho a percepção que a maioria recebeu a ligação quando eu ligo aqui, pode ser que eu esteja errada, pode ser que a maioria não recebeu, mas por estatística, descobri que a maioria recebeu, mas pode ser que não tenha recebido, descobri isso, não tenho medo disso. Eu tento fazer o máximo para fazer esse controle. Relatório das Regiões - Eu sou uma das pessoas mais aceleradas que eu conheço, em 2014 cada um fazia do jeito que queria, nós estamos em 2016, eu quase matei todo mundo de tanto correr, de tanto trabalhar. Não consegui chegar em casa Supervisão e falar. O William fala que eu sou a malvada favorita dele, me chama de malévola da Freguesia do Ó, eu perturbo eles num grau que não existe, vamos

padronizar os relatórios das regiões? Vamos. Vocês estão vendo que eu tive um trabalho com o pessoal aqui do Conselho para padronizar o central, não dá para em 10 minutos padronizar o da central e das regiões. Eu entendo a ansiedade de vocês e acho legítima, porque eu também sou uma pessoa super ansiosa, mas vocês entendem que é um processo. Eu estou amarrando pela primeira vez num Pleno, o modelo de relatório, não que eu não mandasse antes e eles são testemunhas. Eu mandava, teve a discussão, teve o Jorge Kayano, não tem padronização nas regiões, essa discussão que a Adenilda colocou, um fala, vou aproveitar a demanda, mas vou tirar os nomes, o outro fala, não vou, não consegui padronizar isso, mas temos essa preocupação, mas o Ouvidor da Supervisão, se você pedir e fala para mim que o Thiago falou uma coisa que não corresponde ao que está previsto, ok, Eu não posso falar para o William, que o chefe dele fala, a semana que vem inteira vai fazer visita nas Unidades, que é o problema todo é muita agilidade, não é só o Ouvidor, ele desenvolve diversos outros papéis, inclusive tem Ouvidores que são também interlocutores de Gestão Participativa, ele já está acumulando duas funções. Tem Ouvidores que trabalha em vários outros setores, tem Supervisão que tem um AGPP. Achar você acha, mas ele pode estar em outra sala, esse é um problema, eu concordo com você.

Vocês querem sinceridade? O que eu espero de vocês? Vários Supervisores fala pra ele: - não, de hoje em diante você vai ter um Ouvidor designado para fazer Ouvidoria e você vai deixar ele sentado para fazer Ouvidoria, porque nós exigimos assim. Você tem esse poder, eu não tenho. Eu não tenho esse poder de falar: - quero Ouvidor.

Falta de equipamentos que você me perguntou e Ouvidoria da Autarquia: - a Autarquia foi um dos lugares que eu fiz um trabalho mais legal. A Ouvidora da Autarquia, eu vi a Leila por aí, a Leila vou embora? A Leila está lá fora, porque está calor, ela está na menopausa, ela fica lá fora. Leila, Ouvidora da Autarquia apareça.

Se tem um lugar que eu nunca liguei que o Ouvidor não estava é a Autarquia. E Clara levou a Autarquia super a sério, a Dra. Clara Whitaker acho que a maioria de vocês conhece, a Clara levou a Ouvidoria muito a sério, deu um baita gás lá, eles viraram até referência na questão dos desaparecidos, desceu, a sala deles é no térreo e elas ficam lá o dia inteiro. Você entrou no térreo para o lado esquerdo, elas estão lá, não tem como não ver a Ouvidoria da Autarquia. Eles mudaram até de lugar no prédio, fisicamente. Da cadeira, equipamento e o que eu ia falar...Inaudível –

Márcia Chaves, Coordenadora da Ouvidoria Central da Saúde: Você tem que ver o tamanho das minhas pernas. Gente, espera aí, calma! Gente, eu respondi para ela, ela só explicou para mim, que ela está falando que as pessoas da Autarquia...

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Não, ela encerrou a inscrição. A Regina está fazendo uma fala, que ela é do CONDEFI...

Márcia Chaves, Coordenadora da Ouvidoria Central da Saúde: Deixa só eu falar: o problema é o seguinte: esse negócio que você falou: - Como que eu faço quando o funcionário não usa crachá? São essas coisas gente, que eu gostaria que vocês entendessem. A Ouvidora, por exemplo, a Márcia, Ouvidora de Santo Amaro/Cidade Ademar, ela não tem poder nenhum de obrigar as pessoas a usarem crachá, ela tem poder de registrar ouvidoria, mas ela não manda, você entendeu? Existe hierarquia, ela não pode ter ingerência no serviço do outro. Qual o papel da Márcia? Ela vai registrar que você reclamou, vai cobrar do gerente uma posição, vai mandar para o Supervisor da Região para ele saber, até voltando na questão da insulina, não adianta registrar que faltou seringa de insulina? Lógico que adianta. Por que adianta? Porque o Supervisor, o Secretário tem que saber que tem toda uma população clamando. Não resolveu seu problema individual, o que você este pensando é no coletivo, é para ser instrumento de gestão, é para denunciar o que está faltando, não é para resolver o meu umbigo, nós vamos aprender a pensar no coletivo e isso que você falou é muito importante. Não tem

crachá, você tem que falar: - eu quero registrar uma ouvidoria, fui maltratada e além de tudo quero fazer duas reclamações: - 1- eu fui maltratado; 2 – a pessoa não usa crachá, porque aí elas tem ferramenta para reclamar disso, fazer alguém usar crachá, não é possível para eles. Você falou da escrivanhinha, gente, essa é uma das confusões, porque quando eu vim para cá, eu tinha todas as confusões do mundo, porque eu não sabia o que era Ouvidoria, porque ninguém nasce sabendo. Um quer reclamar do outro, o médico, por exemplo, a pessoa do balcão quer reclamar do médico, o funcionário quer dizer que não tem cadeira, não, Ouvidoria não é isto. A funcionária da TIM não liga na ANATEL para dizer que a TIM não pôs cadeira para ela trabalhar. Isso é uma questão trabalhista que ela resolve em outro fórum. Você não tem cadeira para você trabalhar, você tem direito de vir aqui no RH reclamar, você tem direito de ir Conselho, você tem direito, mas não na Ouvidoria, no Sindicato, bem lembrado, vai ao Sindicato você tem outros canais . Ouvidoria é o munícipe, é o cidadão, é os órgãos de participação social, inclusive, se manifestando em relação ao serviço prestado, não reclamar, não tem cadeira para trabalhar, não tem cadeira para você trabalhar, você pode reclamar em diversos lugares, não na Ouvidoria. Prontuários uniformizados, concordamos. Acho que vocês tem que registrar, quanto mais vocês registram, mais eu consigo apontar. Não há registro, acho que eu falei dessa questão do relatório, ok?

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Há um ano e quatro meses atrás, a gente fez uma denúncia, de um paciente de Campo Limpo e até hoje a gente não recebeu resposta. Não é verdade Adenilda? Até hoje, o Movimento de Aids não recebeu resposta. O que foi feito com a médica, qual o encaminhamento, nada, nada, nada.

Márcia Chaves, Coordenadora da Ouvidoria Central da Saúde: Gente, eu já falei, vou falar de novo. Eu não trato diferente, essa é uma das coisas que vai ficar claro, expliquei diversas vezes, desde a primeira vez que eu vim aqui. Não existe nenhuma possibilidade, nenhuma, de uma demanda que o Costa registrou, ter resposta mais rápida do que a do crackeiro, nenhuma possibilidade. Elas ficam todas, exatamente numa mesma fila e a Márcia Groeninga é testemunha disso, porque a Márcia vem aqui todos os dias, nem por isso a demanda dela passa na frente de ninguém. Se nem do Conselho responde, dá impressão, que do Conselho responderia e as outras não. Eu tenho estatística para mostrar que, pode não ter respondido a sua, mas 80% foi respondido

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Questão de ordem pessoal, silêncio, vamos ouvir a questão de ordem.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: A gente entende que aqui ninguém está pedindo favor, nem está pedindo para a fila andar, ou melhor, não estamos pedindo lugar privilegiado nessa fila, mas este caso em especial, é um caso que uma criança recebeu medicação errada, tinha que ter uma resposta ao Conselho, pelo menos que está sendo feita a auditoria, sei lá o que, no local, e é isto que nós estamos pedindo. Nós não estamos pedindo mais do que isso, teremos uma satisfação, porque também não dá pra gente encaminhar e não ter resposta. Este caso em específico, como não é pedido de favor, não é pedido de resolver, é simplesmente apurar um caso grave, ocorrido com uma parturiente, nós temos que ter essa resposta, me desculpe.

Márcia Chaves, Coordenadora da Ouvidoria Central da Saúde: O que eu disse, não foi em relação que é não é para ter, pelo contrário, eu disse o seguinte: -o que eu pesquiso aqui, mais de 80% da ligações que eu fiz, o munícipe garantiu que tinha recebido. O que eu estou garantido é o seguinte: - tem que acompanhar o caso? Sim, eu acho que tem que

denunciar, tem que fazer uma nova denúncia, dizendo: - fiz Ouvidoria e nunca recebi resposta, reitera. Acho que tem que fazer, porque não vou eu que dou resposta.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pessoal, o Costa quer fazer um encaminhamento, vamos ouvi-lo, por favor? Vamos ouvi-lo gente, não ter conversas paralelas, fica difícil na gravação, pede questão de ordem, esclarecimentos, mas não vamos falar ao mesmo tempo, por favor. O Costa pediu uma questão de encaminhamento.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Agradece a Márcia pela apresentação. Eu acho que isso virou pauta do Conselho para nós podermos, a partir do ano que vem, junto com o Conselho estar trabalhando com a Ouvidoria, estar melhorando este trabalho com a Ouvidoria e não só a pessoa vir aqui denunciar, porque eu gostaria que tivesse mais proposta no que foi apresentado, que acredito que todos os Conselheiros viu aqui, que é uma boa qualidade de trabalho e isso é importante a gente fortalecer a Ouvidoria, para nós podermos estar cobrando, com mais prática, como a gente tem proposto na Resolução, que os Conselhos Gestores locais de Supervisão, que eles acompanhem as ouvidorias nos territórios.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Concorda com o Costa. Acha que a Ouvidoria é um importante instrumento do Controle Social. Acha que precisam não de números, querem uma Ouvidoria e sentar junto com os Conselhos Gestores. Fazer na base. Acredita na Ouvidoria ascendente na Unidade, na Supervisão e na SMS no nível do Conselho Municipal. Agradece a participação da Márcia e do Thiago, e que no ano que vem ela ou quem estiver possam traçar uma linha de trabalho no Controle Social.

F – Deliberações

1 – Aprovar a realização de Oficina em conjunto com o CFO para que as regiões saibam como utilizar os recursos disponíveis para o Controle Social

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Pergunta se não vão discutir a minuta de resolução da Ouvidoria.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lembra que o Costa pediu a inclusão como deliberação e que ela cumprirá o rito.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Diz que não tem muito sentido a questão. Jogar a resolução para o fim pode prejudicar.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz que vai consultar o Pleno se discutirão a resolução agora ou se a matéria será discutida como último item das deliberações.

Aprovado por aclamação que o assunto será discutido apenas como último item das deliberações. Apenas a conselheira Ana Rosa foi contrária.

2- Aprovar pela continuidade do Curso de Facilitadores em Educação Permanente para o Controle Social ministrado para os conselheiros municipais

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lembra que no último Pleno foram recolhidos 24 nomes de conselheiros para participar do curso. Acha interessante que haja um encontro em novembro para continuidade no próximo ano. Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Protesta por não estar em São Paulo nos dias 23, 24 e 25 de novembro.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa que não houve nenhuma proposta de data.

3 – Aprovar a realização de Oficina Educacional para os representantes do CMSSP indicados para compor os diversos Comitês de Ética em Pesquisas

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

4- Aprovar a realização de Seminário da Saúde da Mulher com o tema: Violência contra a Mulher, previsto para 03/11/2016

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

5 – Aprovar Minuta de Resolução ref. Portaria que cria a Política Municipal de Saúde da População Negra

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

Portaria ainda será apresentada ao Secretário Municipal da Saúde.

6- Indicação de 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) suplentes para compor o Conselho Gestor do Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que no começo da reunião houve uma discussão entre os usuários sobre a representação no HSPM. Atualmente está indicado juntamente com a conselheira Suely. É preciso dois suplentes. Foi discutido que a região do Centro é composta por movimento de moradia, movimento de população em situação de rua, movimento de pessoas nicodependentes e o movimento popular de saúde. São eles que usam a porta daquele OS. Diz que Pedro o procurou dizendo que o Costa não queria aceitar seu nome. Disse ao Costa que iria viajar, que o Costa iria contra a indicação do seu nome. Costa explicou a situação e o Pedro disse que estava retirando o nome. Costa diz que respeita as indicações das Patologias para os CEPS. Diz ainda que está no CMSSP há muitos anos e que nunca teve o hábito de passar rasteira em ninguém, enganar o usuário, esconder documento ou boicotar qualquer pessoa. Movimento Social e Comunitário não tem essa prática. Esses movimentos é que são os usuários daquele local.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que o que vale para um vale para todos. Se ela respeita o conselheiro o outro tem que respeitá-la.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Documento que chegou solicita a indicação de dois titulares e dois suplentes. O Pleno é soberano. Propõe sua candidatura, como suplente, pois o Pedro é de seu segmento e não falou nada para ela.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Fala que os usuários do HSPM, na verdade são trabalhadores municipais de São Paulo, que o hospital pertence ao servidor público municipal, e que somente a parte do pronto-socorro é aberta à população. Isso tem que ficar bem claro. Acha que o Conselho tem resoluções de conferências dizendo que é contra a privatização do hospital, porque a construção dele foi paga com o dinheiro do funcionário público. Diz que encontrou com o Pedro e ele pediu voto.

Cinthya, Conselheira Suplente representante da Universidade Privada: Se puder, também quer candidatar-se.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: São duas questões que precisam ser discutidas. Uma é a questão das vagas, a qual acredita que não haja problemas quanto a indicação do representante e a segunda é o próprio hospital que foi construído com o dinheiro do servidor. É um assalto tirar o hospital sem discutir com os trabalhadores. Essa questão é específica e precisa ser discutida.

José Roberto, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Diz que estão querendo que ele seja candidato, mas não gosta de empurra-empurra. Se for indicado aceitará. Uns falam para ele ser conselheiro, outros não.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz que o trabalhador não pode representar usuário. Isso não quer dizer que ele não seja usuário. Se indicarem trabalhadores quebrarão a paridade. Concorde com a Lourdes que deva haver uma discussão grande sobre o hospital, mas que deve envolver

as demais secretarias, essa discussão não é do Conselho Municipal de Saúde. Fala que foi contrária quando no passado indicaram a Maria Lúcia e o Iramir.

Adão, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Estranha algumas falas de que o hospital é particular, diz que há dinheiro do SUS e que tem que ter fiscalização do Controle Social.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que em 2009/2010 juntamente com a D^a. Maria Helena foram indicados para participar daquele conselho. Foi uma luta muito grande. Naquele ano queriam terceirizar todo o hospital. O que está sendo discutido aqui é o segmento. Querem indicar quem usa aquele pronto-socorro. Por isso pede para que respeitem os movimentos.

Maria Helena, Ex-Conselheira: Diz que o Conselho Gestor do HSPM tem lei própria.

Jason, Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Lê o regimento do Conselho Gestor do HSPM e entende que a Ana Rosa e o Costa tem razão nas questões que estão colocando, mas que entendimento da compreensão do que é usuário dentro do Hospital do Servidor Público Municipal. É entendido como trabalhadores do serviço público e usuários não trabalhadores do serviço público. É o que está na lei.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Explica a composição dos usuários. Não entende a polêmica. Não estão querendo tirar ninguém. Tem que indicar quatro nomes e até o momento tem os quatro nomes. Os representantes deste conselho têm que obedecer às determinações da Conferência Municipal de Saúde e das discussões deste Conselho.

Valéria, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Diz que o trabalhador aqui é sim usuário do hospital, que a questão está bem clara.

Anselmo, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: O que está ocorrendo é que a redação deixou de colocar “usuários”, não diz qual o segmento. Se tivesse mencionado usuários não haveria nenhum problema. Lembra das ações do Costa para não privatizar o hospital e concorda com a Ana Rosa quanto a criação do hospital.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Entende que as duas vagas para titulares já estão definidas. Candidata-se como suplente.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Questão como foi colocada deixou uma confusão perigosa, portanto deve ser pauta. Usuário do HSPM é o trabalhador que não é só o da saúde, portanto, poderia sim, se algum trabalhador quisesse se candidatar, poderia sim. As vagas são do Conselho Municipal e por isso foi feito outras vezes.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Acha justo que o Costa e a Suely permaneçam, pois foram indicados a apenas seis meses. Entende que os candidatos para suplência são a Regina, a Francesca e o Freitas.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que a gestão anterior se encerrou. Tem que eleger os dois titulares e os dois suplentes. Entende que o Costa e a Suely são candidatos à recondução. Os dois mais bem votados são os titulares e os outros dois são os suplentes.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Entende que ficou acordado, através das falas dos conselheiros, que o Costa e a Suely serão os titulares e o que será discutida é a suplência.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: É contra o “achismo”. Manterá sua candidatura.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Coloca em regime de votação nominal as seguintes propostas:

1 – Que os conselheiros concordam que o Costa e a Suely sejam indicados como titulares;

2 – Que seja feita nova eleição com os cinco nomes indicados: Costa, Suely, Regina, Francesca e Freitas.

Proposta 1 – 12 votos

Proposta 2 – 10 votos

02 abstenções

Aprovado. Os conselheiros Costa e Suely serão indicados como titulares para o Conselho Gestor do HSPM.

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Se absteve, pois não se sentia devidamente esclarecido. Ao longo da votação, mediante a discussão de que o Costa e a Suely estão a apenas seis meses reviu sua posição, e é favorável a continuidade do mandato dos mesmos.

Manoel, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Era favorável ao consenso. Questão era chapa ou fatiar.

Jason, Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Votação não pode ser tratada de modo maniqueísta, se vota a favor do Costa e da Suely ou contra o Costa e a Suely.

Francesca, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Exige respeito por parte dos conselheiros. Lei tem que ser respeitada, não pode ser jogada debaixo do tapete. Dentro do que o Manoel falou, ela retira sua candidatura.

7- Indicação de 01 (um) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Instituto do Câncer Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho;

8- Indicação de 01 (um) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Hospital do Coração - HCor

9- Indicação de 01 (um) usuário titular e de 01 (um) usuário suplente para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Complexo Educacional FMU e FIAM/FAAM

10- Indicação de 01 (um) representante dos usuários para compor o Comitê de Ética em Pesquisas do Centro Universitário Adventista de São Paulo

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Solicita ao Júlio que levante quais os dias das reuniões dos Comitês para que o CMS faça as indicações. Nomes já estão aprovados.

11- Minuta de Resolução ref. descumprimento da solicitação de recondução de mandato e retratação em Diário Oficial da Cidade da conselheira da STS Vila Mariana, Sra. Márcia Groeninga

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz que o assunto já foi discutido inúmeras vezes e nem sabe o porquê de estar sendo discutido novamente. Coloca em regime de votação. Aprovada por aclamação, conforme texto.

Em virtude da recomendação do CMS referente à STS de Vila Mariana / Jabaquara, reafirmamos que a deliberação da ATA da 197ª Reunião Plenária Ordinária do CMS/SP, realizada em 16/07/2015 não sendo objeto de apreciação, tanto do Gestor quanto do Conselho Gestor de Vila Mariana / Jabaquara, nós do CMS deliberamos que houve perseguição política em não respeitar a conselheira Márcia Groeninga eleita legalmente, de acordo com a Lei 13.325/2004, no seu artigo 3º, e no seu artigo 7º. Desse modo, reafirmamos a decisão anterior de reincorporar a referida conselheira titular membro do Conselho Gestor da Vila Mariana / Jabaquara o Biênio 2014 / 2015, segmento usuário, com pedido de reparação moral publicado em Diário Oficial da Cidade. Caso a decisão não seja acatada, tornar-se-ão; ilegítimos os atos do Conselho Gestor Vila Mariana / Jabaquara.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa que a coordenadora da Escola Municipal de Saúde, Ana Lúcia Pereira ainda não chegou para falar sobre as resoluções de educação permanente. Passa ao item Minuta de Resolução sobre o Programa Jovem SUS.

12 – Minuta de resolução sobre o Programa Jovem SUS

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Diz que a Política Jovem SUS foi criada pela Secretaria há um ano e tem se mostrado exitosa. Fala que nas Unidades que têm Jovem SUS, o número de reclamações cai significativamente, em cerca de 30%. É uma política de inclusão social, de geração de renda. É uma política que se tornará necessária para os próximos anos, ter uma política que combata o desemprego entre os jovens e entre a população mais vulnerável e também de mudança de governo. Diz não saber qual a postura da próxima secretaria com relação a essa política. Existe Projeto de Lei em tramitação na Câmara que institui o Programa Jovem SUS como uma Política no município. Isso daria uma continuidade ao Programa. Proposta é encaminhar essa resolução para a Câmara Municipal recomendando a aprovação do Programa. Lê a minuta.

MINUTA DE RESOLUÇÃO nº /2016, de 20 de outubro de 2016– CMS-SP

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 215ª Reunião Ordinária, realizada em 20/10/2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013,

No devido cumprimento à Constituição Federal, no Título VIII, Seção II, Da Saúde, em conformidade com a Lei 8080/1990 e Decreto Presidencial nº 7508, de 28 de Junho de 2011;

RESOLVE:

Solicitar a aprovação do Projeto de Lei 01-00430/2016, que tramita na Câmara Municipal de São Paulo e institui o Programa Jovem SUS no âmbito do município de São Paulo. Em consonância com a experiência exitosa do programa no município, o referido Projeto de Lei dispõe sobre a preparação de jovens para a formação da cidadania em saúde, associada a uma política de reinserção social produtiva da parcela de jovens em situação de desemprego no Programa Jovem SUS. Para implantação e execução do projeto, fica a Prefeitura do Município de São Paulo obrigada a criar bolsas para jovens em situação de desemprego e que estejam em busca de uma recolocação no mercado de trabalho. As bolsas deverão ser dotadas conforme descrito no Artigo 2º do Projeto de Lei.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz que deve ser encaminhado também para a Secretaria do Trabalho, pois foi ela quem criou o Programa Jovem SUS. Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

13 – Resolução Ouvidoria

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lê a minuta de resolução.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita duas inclusões ao texto. A primeira é no parágrafo “que os conselhos de supervisões recebam relatórios” solicita que seja acrescentada a palavra “mensais”, e o segundo é que após “que as divisões territoriais...” seja acrescentado um parágrafo: “que essas divisões e subdivisões obedeçam as diretrizes, objetivos, metas e ações da Ouvidoria SUS, incluindo o nome”.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação, o texto seguirá no seguinte formato:

MINUTA DE RESOLUÇÃO nº /2016, de 20 de outubro de 2016– CMS-SP

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 215ª Reunião Ordinária, realizada em 20/10/2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013,

No devido cumprimento à Constituição Federal, no Título VIII, Seção II, Da Saúde, em conformidade com a Lei 8080/1990 e Decreto Presidencial nº 7508, de 28 de Junho de 2011;

CONSIDERANDO: que o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo é órgão que tem como missão a garantia da participação e controle social, e ainda a lei municipal nº 13325, que institui os Conselhos Gestores Distritais de Saúde

nas unidades administrativas vinculadas ao Sistema Único de Saúde do Município de São Paulo, com caráter permanente e deliberativo, destinados ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle da execução das políticas e das ações de saúde, em sua área de abrangência;

CONSIDERANDO: que o Conselho Municipal de Saúde tem o dever de velar pela qualidade da saúde no Município de São Paulo;

CONSIDERANDO: a Portaria 1875/2016, que regulamenta a Ouvidoria SUS no Município de São Paulo.

RESOLVE:

Estabelecer como diretrizes prioritárias para a consecução da Política de Saúde no município de São Paulo no que tange à Ouvidoria SUS do município de São Paulo:

Que as divisões e subdivisões territoriais possuam suas ouvidorias locais, de forma a garantir o amplo acesso ao cidadão, o acompanhamento pelo território das demandas recebidas e a maior resolutividade das demandas recebidas;

Que estas divisões e subdivisões obedeçam as diretrizes, metas, objetivos e ações da Ouvidoria SUS, incluindo o nome;

Que os ouvidores SUS do município de São Paulo, tanto da ouvidoria central quanto de suas divisões e subdivisões, sejam escolhidos em reunião Plenária do Conselho Municipal de Saúde, dentre os indicados pelo Secretário Municipal de Saúde em listas tríplexes compostas por funcionários efetivos do quadro desta pasta, e por este nomeados;

Que a autonomia das ouvidorias, condição irremediável para o cumprimento de sua função democrática, seja respeitada em sua integralidade e que este não possa ser deposto por ato unilateral da administração durante seu mandato;

Que os contratos de gestão tenham cláusula específica relativa a tratativa de ouvidorias e que o conjunto destas seja empregado como indicador de qualidade do serviço prestado pelas mesmas;

Que a ouvidoria encaminhe, mensalmente ou sempre que solicitado, Relatórios de demandas recebidas, regionalizados e por tipo de equipamento;

Que os conselhos de supervisões recebam relatórios mensais de demandas relativas às suas regiões, com cópia ao Conselho Municipal de Saúde.

14 – Resoluções da Comissão de Educação Permanente

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz que os conselheiros Adão, Maria Macedo, Regina, Cecília, Suely, Ana Rosa juntamente com o pessoal da Escola Municipal de Saúde e Escolas Regionais vêm discutindo há um bom tempo o fluxo para interligar os NEPs ao Conselho Gestor local. Fala da luta, pois São Paulo era a única capital que não possuía comissão de educação permanente e eram criticados porque a formação era feita pela Escola e não passava pelo CMS. Foi complementado no Projeto de Lei que insere o Controle Social dentro da Política de Educação Permanente.

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fala que a Comissão de Educação Permanente está apresentando duas resoluções. Uma delas diz respeito ao fluxo da Educação Permanente na cidade, para conseguir a aprovação do planejamento de cursos de educação permanente na cidade.

Os projetos hoje seguem um fluxo com pouca importância ao Controle Social. Todas as pessoas citadas pela Adenilda elaboraram um projeto que insere em mais momentos o Controle Social. Falará depois da outra resolução.

Ana Lúcia Pereira, Coordenadora da Escola Municipal de Saúde: Saúda a todos. Está na Coordenadoria de Educação em Saúde e Gestão do Conhecimento, que é essa coordenadoria nova que foi estruturada dentro da SMS a partir desse ano, com a reorganização administrativa interna. Nessa coordenadoria ficou todo o processo de educação da SMS, processos para os trabalhadores da saúde, processos para os trabalhadores do SUS, sejam eles da administração direta, sejam eles dos parceiros e também das relações com as instituições de ensino que precisam em algum momento de um espaço de articulação com as secretarias municipais, secretarias estaduais para um estágio obrigatório para os profissionais, principalmente da área da saúde. Também ficou dentro dessa coordenadoria toda a estrutura que cuida das residências. Tem 52 programas de residência, residências multiprofissionais, residência uniprofissional e programas de residência médica. Mais recentemente outro ganho na questão da educação permanente foi o Conselho poder estruturar a Comissão de Educação Permanente do Conselho, porque essa aproximação com as questões da educação e da educação permanente é uma coisa muito recente. Antigamente não havia interação, espaço era mais para visitação. Trabalhar com esse conceito de educação permanente significa começar a olhar para o profissional de saúde, desde o momento em que ele está fazendo sua estruturação como profissional, a sua formação, até na hora que ele está atuando dentro do serviço de saúde. Práticas de fazer planos de educação permanente eram muito distantes. Planos de Educação Permanente eram quilométricos, com milhares de possibilidades de ação, mas talvez não tenham sido canalizados para um objetivo maior, dentro de um objeto que seria um plano de saúde ou casar a educação permanente com o plano de saúde, ou com a necessidade real da atenção à saúde que a região precisa, que a Supervisão precisa, que a população precisa lá onde ela mora. Acha que é um ganho fazer essa discussão mais de perto com os conselhos, primeiro porque o Conselho tem a responsabilidade de fazer esse olhar para o conjunto das coisas que acontecem e esse pedacinho é que estava faltando, que estava disperso. Diz que será um aprendizado em conjunto e espera que os conselheiros regionais também entendam isso. Complementa dizendo que nunca foi conselheira, mas sabe que a relação dos trabalhadores, dos gestores com os conselhos não é fácil. Quanto mais você diz que as pessoas têm que acompanhar aquilo que está acontecendo como função do Controle Social, quem está no serviço, quem é gestor, quem é trabalhador já se sente pá. Quando se trabalha de perto com o Controle Social se tem essa dificuldade. Conversou com o, pessoal das escolas, com o pessoal que faz parte do Núcleo Técnico de Educação Permanente, onde também tem representação da Secretaria de Estado e as pessoas acharam muito legal esse momento de fechamento de fluxo para discussão. As pessoas estão assustadas. Os trabalhadores das escolas, das coordenadorias, das supervisões que fazem essa discussão sobre educação permanente estão assustados. Querem saber como será o processo. Ana diz que será fazendo, aprendendo a fazer junto, vivenciando. Disse que alguns passos podem ficar longos, mas que é um processo de construção e que podem ser rediscutidos. No fluxo anterior tentavam fazer um processo de caminho para aprovação desses projetos, principalmente discutindo o objetivo dele, a metodologia de construção, metodologia da execução, a forma de avaliar, e quando ele tinha um processo que deveria ter um financiamento específico, haviam as etapas que tinham que cumprir com a Secretaria de Estado, passar na Câmara Técnica, ir para o Grupo Técnico de Educação Permanente do Estado, eles olharem, eles devolverem para saber se está tudo certinho para poder avisar o financeiro do Estado, que é um dinheiro que vão usar. Tudo isso leva tempo. Essa primeira vivência desse fluxo pode mostrar nesse período de vivência dele e que talvez esses prazos fiquem distantes e que talvez depois tenham que rediscutir. Então terão que acompanhar de

perto, pois alguns cursos, atualizações, elas demorem muito para acontecer. Acha que o deve ser feito é experimentar e experimentar monitorando, porque se isso acontecer terão que voltar e fazer uma nova discussão do fluxo, o que pode encurtar, o que pode juntar. É necessário que todas as propostas de ações educativas sejam elaboradas e planejadas nas regiões.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Propõe a aprovação do fluxo, o transformando numa resolução. Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Diz que a Comissão de Educação Permanente está pensando, como todos estão pensando que nesta virada de ano haverá uma política nova implantada na cidade, diferente desta aqui num fechar de portas, praticamente. Tem medo de que algumas políticas, alguns programas sejam eliminados do mapa, e uma dessas diz respeito a educação permanente. Há algumas reuniões a comissão propôs pegar o GT para o Controle Social, que é da Escola e trazer como um braço da Comissão de Educação Permanente. Fizeram proposta de resolução para que esse GT seja incorporado à Comissão de Educação Permanente.

Maria Helena, Ex-Conselheira: Diz que é duro correr atrás do atraso e que entraremos numa nova era. Na Assembléia Legislativa estão reunindo numa Frente Parlamentar reitores e pesquisadores tratando do financiamento, mas o que achou interessante foi que o Movimento Ecumênico a qual pertence foi convidado para representar a comunidade, e a comunidade só se representa com educação permanente, com práticas em saberes, com educadores sociais. Fica feliz em ver que o Conselho também está com esse procedimento. Acha que todos têm que aprender a ter uma visão muito ampla porque socializar, descentralizar é dividir responsabilidades. Não podem ficar num núcleo só, tem que abrir.

Deodato, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Acha que a composição do GT está muito solta. Quer saber quantos componentes de cada representação.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Esclarece que o grupo é aberto. No momento são dois representantes do conselho e acham pouco, por isso foi ampliada a participação.

Deodato, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Diz que o trabalho é muito bom, mas não pode deixar solto.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Concorde com o Deodato. Se vai deixar a porteira aberta do lado de lá, deixa aberta a porteira do lado de cá.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala pra se retirar os oito e que se abra para todo o Conselho Municipal.

Cecília, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Preocupação é fazer com que esse grupo, independente da gestão, funcione. Colocar de uma forma que engesse menos e que garanta a participação de todos.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Coloca em regime de votação a proposta com a alteração no texto, retirando a quantidade de representantes do Conselho Municipal.

Aprovado por aclamação.

MINUTA DE RESOLUÇÃO nº2016, de 20 de outubro de 2016– CMS-SP

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 215ª Reunião Ordinária, realizada em 20/10/2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990, de 13 de junho de 2013,

No devido cumprimento à Constituição Federal, no Título VIII, Seção II, Da Saúde, em conformidade com a Lei 8080/1990 e Decreto Presidencial nº 7508, de 28 de Junho de 2011;

CONSIDERANDO: que o Conselho Nacional de Saúde deliberou, em setembro de 2005, por meio da Resolução CNS n.º 354/2005, sobre as Diretrizes Nacionais de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO: a RESOLUÇÃO do CNS Nº 363, DE 11 DE AGOSTO DE 2006, publicada no Diário Oficial da União de 06/09/06 que aprova a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde (SUS), determinando que caberá aos conselhos nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal elaborarem os planos de ação e metas e constituírem as comissões permanentes para o acompanhamento desta política;

CONSIDERANDO: a RESOLUÇÃO Nº 003/2016 – CMS-SP, de 18 de fevereiro de 2016 que aprovou o Documento Norteador para a Educação Permanente do Controle Social na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo;

RESOLVE

Instituir o Grupo de Trabalho para Educação Permanente do Controle Social enquanto Grupo Permanente para apoio à Comissão de Educação Permanente do Conselho Municipal de Saúde.

Compete a esse grupo apoiar, orientar, propor e fiscalizar os Planos de Educação Permanente para o Controle Social.

Membros que compõem o Grupo de Trabalho para Educação Permanente do Controle Social:

Representantes da Escola Municipal e Saúde (EMS);

Representantes das Escolas Municipais de Saúde Regionais (EMSR);

Representantes da Assessoria de Gestão Participativa do Gabinete da SMS e das CRS e STS;

Representantes do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo;

Representantes dos Conselhos Gestores de todos os segmentos;

Demais interessados e convidados.

Jason, Conselheiro Titular representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Concorda com a sugestão.

Fica com receio de não colocar nenhuma informação sobre igualdade, equidade de representação, porque se eu só numero um, eu crio problema de limitar esse, se eu não enumero nenhum, eu crio problema de a gestão vir e falar: não, vai ser tantos desse e tantos daquele. Concorda que não deve haver quantidade, mas que é preciso colocar alguma informação como representação, paridade.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Sugere que seja remetido à comissão se vai colocar número ou não e qual esse número e trás para o próximo pleno a informação.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa que consta em Ata que a resolução foi aprovada.

Informes das Comissões

Interconselhos

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Precisam tratar de duas questões. Uma diz respeito a Cidade Tiradentes. Tem proposta de resolução para ser aprovada. Diz que o Conselho do Hospital Cidade Tiradentes, de forma equivocada, afastou um conselheiro, o Sr. José Maria Felix Evangelista. Comissão fez apuração, visita ao local, foi feito relatório e entendem que foi por perseguição política que o conselheiro foi afastado do Conselho. Não existia qualquer justificativa que embasasse o afastamento de um usuário da forma como foi. Recomendaram ao Conselho que reincorporasse o conselheiro reiteradas vezes, o que não foi feito, o Conselho Gestor simplesmente negou. Lê a minuta de resolução que solicita a recondução do conselheiro.

Minuta de Resolução nº/2016 – Conselho Municipal de Saúde

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 215ª Reunião Ordinária do Pleno, realizada em 20/10/2016, no cumprimento da Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, art. 1º, parágrafo 2º, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 12.546 de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 53.990 de 13 de junho de 2013;

RESOLVE

Pela anulação do documento apresentado pelo gerente gestor do Hospital Cidade Tiradentes, encaminhado pelo Sr. Ademir Ferreira Gomes, e determina a recondução do Sr. José Maria Félix Evangelista ao Conselho Gestor do Hospital Cidade Tiradentes, atendendo a recomendação feita pela Comissão Inter e Intra Conselhos deste conselho, anexa a esta resolução.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala para que as comissões tomem o cuidado de não apresentar documentos no meio das reuniões, pois as reuniões ficam muito longas. Coloca em regime de votação a aprovação da minuta de resolução.

Aprovada por aclamação.

Hugo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Diz que a segunda questão era da Márcia, mas que já está superada.

Educação Permanente

Suely, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Informa que a comissão fará Oficina esclarecedora sobre o tema “Educação Permanente”, que será realizada no dia 23/11, das 09 às 17h.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Diz que ela e a Ana Rosa já haviam informado que não poderiam participar nessa data e que discutiriam hoje.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala que deve haver consenso porque as duas são membros da comissão e não poderiam estar. Haviam ficado de rever a data. Pede para discutirem na Comissão Executiva.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Estará no Recife em 23, 24 e 25/11.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pede para olharem a agenda e apresentarem a data ao final da região.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Manifesta-se contrário a alteração de data da Oficina. Diz que são 64 conselheiros e que deve prevalecer a agenda do Conselho e não da pessoa.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Esclarece a importância da Oficina e que tem que consensuar uma melhor data.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Questiona porque foi consensuado na comissão e hoje não está sendo mantida. Foi dito que o Pleno tiraria a data.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pede para verificarem a melhor data. Acha importante a participação do Conselho para que haja uma melhor participação dos conselheiros.

DST/Aids

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Informa que a comissão se reuniu e analisou a Programação Anual de Metas 2017 – PAM 2017, e foi proposta uma resolução. Acharam importante incorporar outras coisas. Trarão na próxima reunião.

Recursos Humanos

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Relembra o Congresso de Comissões que tratou da situação dos Contratados de Emergência, e questiona o porquê de ainda não haver os encaminhamentos. Diz que foi formada uma comissão e que ainda não houve a convocação dessa comissão. Relata que na terça-feira passada haveria a reunião da Comissão de RH, que a Adenilda havia ligado para ela, para ver se poderiam chamar a comissão ampliada para o dia 11. Lourdes diz que concordou diante da necessidade de avançar na questão. Para sua surpresa não havia ninguém daquelas pessoas que tinham sido chamadas para comparecer. Algumas pessoas receberam o convite, outras não. Estranha a chegada de memorando que foi encaminhado ao Gabinete do Secretário em 15/09 e em 16/09 o documento havia sido encerrado a pedido da Chefia de Gabinete. A comissão solicita à Executiva veja com o Gabinete porque o documento foi arquivado, já que foi uma deliberação do Pleno, inclusive com a participação do Secretário. Pergunta, com qual autorização se encerra um processo que foi

discutido no Pleno? Para que serve o Pleno? A Comissão de RH devolve à Executiva para que solicite resposta sobre o arquivamento.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Diz que é um informe e que a Comissão Executiva fará o encaminhamento solicitado.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Houve desrespeito ao Conselho. Quando há desrespeito ao Conselho, o Pleno deve se manifestar. Governo estava presente na Mesa e concordou com os encaminhamentos.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Houve Congresso de Comissões, de fato, e foi definido que a Executiva junto com a comissão fariam esses encaminhamentos. Foi comunicado à Chefia de Gabinete e não pedido que eles fizessem. O encaminhamento seria dado pela Executiva. Conversou com os trabalhadores para que o jurídico de suas entidades pudesse ajudar nos encaminhamentos, mas que não houve resposta. Diz que não aceitará transferência de responsabilidades.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pediu que fosse feita a Ata, pois há muitas deliberações e não consegue lembrar de todos. Não sabe como documento chegou às mãos da conselheira Ana Arlene. Como coordenadora da comissão executiva desconhecia esse documento. Diz que solicitou uma cópia do documento para o Júlio. Não sabe se foi feito ofício. Diz que não encaminhou. Todos os conselheiros têm a preocupação de resolver a situação desses trabalhadores. Acha que a Secretaria é quem deveria encaminhar. Esse Pleno tem que ter responsabilidade de encaminhar junto ao Ministério Público.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Houve congresso de comissões onde foram tiradas as deliberações, essas deliberações vieram para cá, foram até ouvir a fita porque havia divergências, o RH chegou à conclusão que os encaminhamentos estavam corretos, que foram listados por ela, Ana Arlene e a Francisca. Era consenso das três, foi aprovado no congresso de comissões e passou pelo Pleno e foi aprovado por este como está. Cansou de dizer que Sindsep ou qualquer sindicato não tem autonomia para fazer TAC. O que havia era uma proposta de TAC e TAC é prerrogativa do Ministério Público. Ir ao Ministério Público e levar as propostas do congresso de comissões. Qualquer outra coisa é ingerência ao Conselho.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Acha que houve um equívoco quanto ao trâmite do documento, assim como do encerramento. Tarefa do Conselho é marcar uma reunião com a comissão e marcar uma audiência com o Ministério Público. Quem deverá fazer o TAC é o Ministério Público, em concordância com tudo o que foi discutido. Sugere que a coordenação da executiva chame a comissão ampliada e marque a reunião com o MP.

Cecília, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Acha lamentável que o assunto volte. É trabalhadora e é sensibilizada com a situação dos contratados. Diz que é necessário rever o que aconteceu nesse meio do caminho que a coisa empacou. Toda a semana a executiva se reúne com a Dra. Célia para despachar coisas, discutir coisas. Lembrar efetivamente quem faz parte da comissão, não pessoas, mas as representações, RH

da Secretaria, RH da Autarquia, Chefia de Gabinete da Autarquia, representantes dos trabalhadores e marcar a audiência.

Deodato, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Fala que é preciso começar a gravar as reuniões da executiva. Concorde com a proposta da Cícera. Isso era para estar resolvido há dois meses. Diz que foi pensado na assessoria jurídica apenas para levar um esboço de uma proposta mínima. Não querem fazer o papel do Ministério Público.

Júlio, Secretário Geral do CMSSP: Esclarece que quando houve o Congresso de Comissões ainda não estava como Secretário Geral. Foi procurado pela Lourdes e foi feito o encaminhamento para o Secretário. Quanto ao arquivamento, diz que ninguém arquiva um documento sem um motivo. Acha que devem solicitar esclarecimentos. Diz ainda que houve convite ao Secretário, ao RH da SMS, RH da Autarquia, representantes dos trabalhadores contratados, Dra. Márcia e que não houve resposta. Encaminhamentos foram feitos. Questão de agendar com o Ministério Público cabe ao Conselho. Por fim, informa que regimentalmente, nos informes das comissões não devem ser feitos encaminhamentos e cita como exemplo a resolução da Comissão Interconselhos, aprovada há minutos, sem sequer ser debatida.

Costa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Ninguém está dizendo que o sindicato tem que fazer, estão pedindo uma orientação. Lembra que para o congresso de comissões foram chamados o Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Defensoria e esses não compareceram. Conselho fez tudo direitinho.

Lourdes, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Reafirma que vem ao Conselho toda semana e pergunta como está a questão. Cobrou o ex-coordenador da executiva, o Nadir, cobrou a Ana Rosa, cobrou a Adenilda. Durante todo esse tempo o Secretário que também é o superintendente da Autarquia andou em todas as regiões e colocou que o problema dos contratos de gestão estava na mão do CMS. Concorde com o encaminhamento da Cícera e diz que é uma questão de honra para o Conselho a continuidade da discussão, independente do que aconteça.

Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que na reunião do Pleno o Secretário colocou com muita propriedade que nem ele e nenhum funcionário público colocariam sua caneta numa situação onde pode ser preso, etc. Conselho não vai se responsabilizar por uma questão que não é dele, é uma questão que já vem há nove anos. A questão a ser discutida aqui é saber dos encaminhamentos que estão parados.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Reafirma que os encaminhamentos deveriam ser feitos pela executiva. Anexar aos documentos para o Ministério Público, a ata daquela reunião. Fala que a Executiva do dia 27 deve relacionar todas as pessoas que devem ir ao Ministério Público do Trabalho. Tem o dever de ajudar os trabalhadores como movimento popular.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Propõe que se agende primeiramente com o Ministério Público e com a data agendada se chame essas pessoas. Acha que a Lourdes tem que chamar e azeitar essa conversa.

Cícera, Conselheira Titular representante do Poder Público: Pleno é soberano. O que tem que fazer é a Comissão Executiva chamar a comissão ampliada e concomitante a isso agendar a reunião no Ministério do Trabalho.

Proposta aprovada por aclamação.

Políticas de Saúde

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala que há uma solicitação de transferência do Congresso de Comissões que tratará da Situação da População de Rua, previamente agendado para o dia 09/11. Informa que a área técnica terá problemas para participação nessa data e propõe a antecipação para o dia 07/11.

Aprovado por aclamação.

Informes dos Conselheiros

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa sobre Seminário Marco Regulatório das Organizações Sociais que será realizado no Ministério Público, amanhã. Informa ainda que o Movimento Popular de Saúde está convidando cinco conselheiros de cada Supervisão para o dia 29/10, das 08h às 13h, para analisar a conjuntura, proposta para a superação das dificuldades, e encaminhamento para o fortalecimento do Controle Social.

Ana Rosa, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que os conselheiros receberam cartilha do SindSep que está trabalhando com essa cartilha nas regiões, e dia 26 haverá uma assembleia geral, às 14h, no Centro de Formação e a pauta será a Adesão à Greve Geral, prevista para 11/11. Informa ainda que amanhã serão abertas as urnas do processo de eleição dos trabalhadores para o Conselho Gestor do HSPM.

Regina, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Informa que recebeu um whatsapp do Pedro dizendo que ele não retirou sua candidatura para o Conselho Gestor do HSPM.

Tumulto

Deodato, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Informa que recebeu um comunicado dizendo que Cerimônia de Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado e a Secretaria Estadual, previsto para amanhã, foi cancelado. Informa ainda que amanhã, às 18h, no Sindicato dos Médicos haverá reunião da Frente em Defesa do SUS. Sábado, às 09h, haverá a Plenária Estadual de Saúde, que acontecerá no Espaço Saúde, Rua Condessa de São Joaquim, 169. Dia 08/11, às 19h, haverá audiência pública na Câmara, em Defesa do SUS.

Ivonildes, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Diz que informes já foram feitos. Pede respeito aos conselheiros, que em algumas reuniões o Costa tem atrapalhado. Não dá para trabalhar dessa maneira. Reuniões têm acabado 19h, 20h, sem resoluções.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Discorda. Acha sim que há desrespeito entre os conselheiros, mas que as resoluções são de alto nível.

Ivonildes, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Pede desculpas, mas diz que as discussões são muito longas.

José Roberto, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Informa que a STS Sé e Unidades abrirão processo de eleição de seus conselhos que será realizado em 09/12. Inscrições serão de 21/11 à 02/12. Diz que a Assessora de Gestão Participativa, Angélica esteve aqui, mas não pode ficar até o final.

Adenilda, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pede para os conselheiros respeitarem as diferenças, pensar no povo, deixar a animosidade lá fora. Diz que sai fragilizada, entristecida.

O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo informa que recebeu a Programação Anual de Saúde 2017 e Projeto de Lei 01-00509/2016 do Executivo, entregue à Câmara Municipal onde estima a receita fixa e a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2017;

Encerrada a reunião.